



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia treze de julho de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 78, de 29 de abril de 2021, que “Determina as diretrizes acerca do retorno das atividades presenciais do Poder Legislativo do Município de Nova Lima como prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, Covid-19, e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a ausência do vereador Tiago Almeida Tito. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Senhor Presidente: “vou pedir um minuto de silêncio pelas vítimas da Covid-19”. Após o minuto de silêncio, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária Virtual do dia seis de julho de dois mil e vinte e um foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por sete votos. A Senhora Secretária proferiu leitura da correspondência recebida: Comunicação Interna nº 071/2021 - 13 de julho de 2021. De: Gabinete do vereador Danúbio de Souza Machado. Para: Exmo. Senhor Anísio Clemente Filho. Presidente da Câmara de Vereadores. Ref.: justificativa de ausência da Reunião Ordinária do dia 13 de julho de 2021. Excelentíssimo Senhor Presidente, com meus cordiais cumprimentos, venho através deste, justificar ao ilustre Presidente e aos nobres pares que, por motivos de cunho pessoal, não poderei participar da Reunião Ordinária de hoje (13/07/2021). Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das



proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.070/2021, autoria Poder Executivo, que “Altera parcialmente a lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências – Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago Almeida?”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “queria pedir ao Plenário para que seja feito parecer conjunto desse projeto”. Senhor Presidente: “pois não. Coloco em discussão a proposta do vereador Thiago Almeida para que seja realizado parecer conjunto das comissões. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Será realizado parecer conjunto das comissões de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos Municipais e Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. 2) Projeto de Lei nº 2.071/2021, autoria vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui o Padrão Municipal de Educação Inclusiva, na rede de ensino do município de Nova Lima nos termos da Lei nº 13.146/2015, que dispõe sobre o estatuto da pessoa com deficiência”. Projeto encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Educação, referente ao Projeto de Lei nº 2.063/2021, autoria vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Regulamenta o programa de bolsa universidade”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “encaminho o projeto de lei nº 2.064/2021...”. Vereadora Viviane Gomes de Matos:



“2.063”. Senhor Presidente: “solicito à Senhora Secretária...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “hoje está meio complicado, gente. Fale aí, Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só uma curiosidade técnica aqui, porque no parecer não consta a assinatura da vereadora Juliana e a Secretária citou o nome dela aqui, ela assinou ou não o parecer?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “questão de ordem. Eu assinei”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ah, tá. É porque o que veio para a gente não está assinado, por isso que eu perguntei”. Senhora Secretária: “está assinado, vereador”.

2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, referente ao Projeto de Lei nº 2.064/2021, autoria vereador Joselino Santana Dias, que “Dispõe sobre a triagem precoce para diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas unidades de saúde e creches municipais, através da aplicação do questionário M-CHAT e dá outras providências. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Saúde Pública. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, referente ao projeto de lei nº 2.065/2021, autoria vereador Cláudio José de Deus, que “Dá denominação a logradouro que menciona, além de outras providências – Rua Lorival Solano Ferreira, situado no bairro Bela Fama”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, referente ao Projeto de Lei nº 2.067/2021, autoria vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais pela administração pública direta e indireta do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à



tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 5) Parecer Contrário da Comissão de Legislação e Justiça, referente ao Projeto de Lei nº 2.068/2021, autoria vereador Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a concessão abono do dia de serviço aos servidores pais ou responsáveis por pessoa (s) com deficiência física, mental e/ou intelectual para o acompanhamento a tratamento de saúde física e mental, bem como a possibilidade de remanejamento do servidor para um local de trabalho mais próximo de sua residência”. Como o parecer deve ser votado, o mesmo foi retirado de pauta devido à ausência do vereador. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, referente ao Projeto de Lei nº 2.069/2021, autoria vereador Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a alteração do artigo 8º da lei Municipal nº 2.280/2012, para acrescentar o direito de acesso dos alunos autistas ao profissional de apoio na sala de aula, previamente capacitado em ABA – Análise de Comportamento Aplicado”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.020/2021, autoria vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a concessão de benefícios aos servidores da Rede Municipal de Saúde do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em segunda e última votação, projeto aprovado por sete votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Lei nº 2.033/2021, autoria vereador Cláudio José de Deus, que “Autoriza o Executivo Municipal de Nova Lima a concessão de adicional de periculosidade de 30% aos servidores municipal de Nova Lima, detentores de cargo



de provimento efetivo que integram a classe dos vigias e vigilantes municipais”. Em segunda e última votação, projeto aprovado por sete votos e encaminhado à sanção. 3) Projeto de Lei nº 2.058/2021, autoria vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Estabelece definições e fixa limites ao poder regulamentar do Poder Executivo relativos à atividade de transporte privado coletivo de passageiros no município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, projeto aprovado por sete votos e encaminhado à sanção. 4) Projeto de Lei nº 2.061/2021, autoria vereador Joselino Santana Dias, que “Institui o Programa Medicamento Solidário no âmbito do município de Nova Lima”. Em primeira votação, projeto aprovado por sete votos. 5) Projeto de Lei nº 2.062/2021, autoria vereador Joselino Santana Dias, que “Dispõe sobre a regulamentação do transporte coletivo urbano gratuito à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista e ao seu acompanhante e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “pois não?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em discussão, posso?”. Senhor Presidente: “pois não?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só uma dúvida que eu realmente não consegui identificar no projeto e nem nos pareceres emitidos, quem vai pagar por isso, vereador Zelino”. Senhor Presidente: “repete, por favor. Zelino”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu confesso que não encontrei nem no projeto, nem nos pareceres emitidos das comissões. Eu tenho uma dúvida, quem vai pagar por isso?”. Vereador Joselino Santana Dias: “boa noite, boa noite Álvaro. Oi, alô... Está ouvindo?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sim”.



Senhor Presidente: “está bom”. Vereador Joselino Santana Dias: “ok? O Executivo, o Poder Executivo, Álvaro”. Senhor Presidente: “o Poder Executivo, que ele respondeu, Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “para mim não veio o som, perdão”. Vereador Joselino Santana Dias: “o Poder Executivo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o Poder Executivo é quem vai arcar com a despesa?”. Vereador Joselino Santana Dias: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “está bom”. Vereador Joselino Santana Dias: “ok?”. Em primeira votação, projeto aprovado por sete votos. 6) Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 011/2021, de autoria dos vereadores Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Joselino Santana Dias, Juliana Ellen de Sales, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos e Danúbio de Souza Machado, que “Acrescenta o art. 140-A na Lei Orgânica do Município de Nova Lima que institui o Orçamento Impositivo e dispõe sobre a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Poder Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual”. Proposta retirada de pauta. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria vereadora Viviane Gomes de Matos: requer ao Poder Executivo a realização de processos seletivos específicos para os profissionais com formação técnica em magistério formados na Escola Estadual Augusto de Lima. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Viviane”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim?”. Vereador Joselino Santana Dias: “vereadora, a senhora pulou o número seis? O 011/2021?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “não, agora são



requerimentos”. Senhor Presidente: “nós retiramos de pauta a emenda da LOA”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “o Presidente retirou o último projeto de lei da pauta”. Senhor Presidente: “nós tiramos da pauta, Zelino”. Vereador Joselino Santana Dias: “ah, está ok. Desculpem, então”. Senhor Presidente: “pode continuar, Senhora Secretária”. Requerimento aprovado por seis votos. 2) Autoria vereador Cláudio José de Deus: requer ao Poder Executivo rampa de acesso para cadeirantes, demarcação do solo, retirada e transferência de placas de sinalização instaladas no meio-fio da UBS - Unidade Básica de Saúde Cristais, localizada à Rua Cuiabá, esquina com Lauro Magalhães Santeiro, bairro Cristais. Requerimento aprovado por seis votos. 3) Autoria vereadora Juliana Ellen de Sales: em continuidade ao compromisso de economizar recursos, meu mandato parlamentar economizou no período de maio a junho de 2021 o valor de dez mil seiscentos e vinte e seis reais e dois centavos, decorrentes da não utilização da verba indenizatória e da verba de gabinete. Requer que o valor economizado seja destinado à Secretaria de Habitação para o fomento de políticas habitacionais. Em discussão, a vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu vou falar de algo que tem relação direta com esse requerimento, mas acredito que tenha relação direta com todos os requerimentos que essa Casa já aprovou até hoje. Aconteceu um fato muito interessante na Audiência Pública presidida pela vereadora Viviane, Audiência Pública para tratar do retorno presencial das aulas, onde ali a gente teve a oportunidade de pontuar para o representante do Executivo o nosso descontentamento



com as não respostas, com as faltas de respostas que nós, enquanto vereadores notamos. E aí foi dito que segundo a Lei Orgânica o Executivo tem quinze dias e caso ele necessite prorrogar ainda mais quinze dias, ele pode solicitar, mas ele tem que informar o motivo da solicitação e aí, diante dessa questão que foi abordada na Audiência Pública, eu resolvi fazer um levantamento aqui nessa Casa e encaminhei um ofício à Assessoria Parlamentar, que prontamente respondeu, em tempo hábil, não precisou de quinze dias, nem de trinta dias, nem de três meses... Prontamente me respondeu e eu fiz alguns questionamentos para saber quantos requerimentos, até hoje, primeiro semestre de mandato, essa Casa já aprovou. Nós aprovamos até a plenária da semana passada cento e vinte e três requerimentos, sendo que desses cento e vinte e três, cento e dezessete foram encaminhados para a prefeitura municipal de Nova Lima. E sabe quantos desses cento e dezessete receberam resposta? Nenhum. Nenhuma resposta a gente teve do Executivo. Desses cento e dezessete, alguns deles são meus. Quatorze requerimentos eu encaminhei, envolvendo diversas pautas, desde habitação, transparência das vacinas, distribuição de máscaras N-95, criação do Conselho de Diversidade, revitalização da Banqueta, enfim, diversos e não obtive nenhuma resposta. Ou seja, a gente está gastando papel atoa, não é, gente? E a gente está gastando tempo também e dinheiro público atoa, porque, que relação é essa que o Executivo quer ter com o Legislativo, onde a gente encaminha demandas, eu, pelo menos, no meu mandato, ele utiliza esse momento de requerimento para encaminhar os anseios da população, os anseios do meu eleitor, para o executor, para ele ter a possibilidade de





executar aquilo que é solicitado pela sociedade. E essa não resposta, essa ausência de resposta de cento e dezessete requerimentos em seis meses é uma relação absurda, assim... Porque, parece que há um desrespeito entre um poder e outro. A gente nunca deixou de participar de uma reunião solicitada pelo Executivo. A gente nunca deixou de dar uma resposta ao Executivo. E por que a gente está sendo tratado assim? Então, assim... Fica aqui a minha indignação e eu queria entender o que acontece com esses requerimentos, se são engavetados, se são jogados no lixo ou se é feita uma fogueira com esse tanto de papel. Eu quero entender. Porque, assim... Nosso trabalho é muito sério, enquanto vereador. Somos vereadores da renovação. Somos vereadores que lutamos por respostas rápidas para os problemas dessa sociedade e nós sequer estamos tendo retorno do Executivo, gente. Que relação é essa que o Executivo toda vez manda projeto de lei para essa Casa em regime de urgência e a gente sequer tem resposta? Isso é um absurdo. E só a título de informação, gente, no dia quatro de maio eu encaminhei um ofício para o Ministério da Saúde, para o Ministro da Saúde e um ofício para o Comitê do Covid do estado e ambos já me responderam. Ou seja, é mais fácil ter resposta do Ministro da Saúde do que do Secretário Municipal de Saúde. Isso é um absurdo, gente. Então, essa Casa precisa exigir uma relação de respeito entre Executivo e Legislativo. Eles podem dizer que não são obrigados a responder requerimentos, mas que relação é essa que eles querem construir em prol de uma cidade melhor? Então, fica aqui a minha indignação, o meu descontentamento por parte do Executivo, que não retornou nenhum de nossos requerimentos. Muito obrigada, Presidente". Senhor



Presidente: “agora estou pedindo é pela ordem mesmo, sabe? Concordo plenamente com suas palavras, Juliana. Porque eu acho que, na vida, você tem que ter uma via de mão dupla. Igual você falou, nós estamos gastando tempo, nós estamos gastando papel, estamos gastando tudo e cento e dezessete requerimentos encaminhados, nenhuma resposta? Isso nos diz o que? Nós estamos sendo tratados de mau caso pelo Poder Executivo, está bom? E concordo plenamente com você, eu acho que todos os vereadores aqui presentes também concordam, está bom?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Viviane”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “como a Juliana bem disse, eu estava... Participei da reunião, presidi e eu achei, no mínimo, uma deselegância na fala... De quinze dias, que estão na Lei Orgânica, como se nós não conhecêssemos a Lei Orgânica. Conhecemos, mas ali eu deixei e vou repetir, a população nos deu a oportunidade de fazer a diferença nesse mandato e eu falo que a nossa relação é de fiscalizador e fiscalizado. Na verdade, eles têm prazo para nos responder e nós queremos respostas. Porque, senão, nós vamos criar mecanismos de convocação de secretários aqui para esclarecer para a gente o que a gente precisa. Já que só o ofício não é suficiente para que a gente possa ter as respostas, porque a gente quer diálogo, a gente quer construir juntos para fazer uma Nova Lima muito mais ágil, mais rápida, no atendimento da população. E eu fico extremamente chateada quando a gente quer trabalhar e a gente não consegue obter a resposta. Eu falo que na Audiência Pública e aí eu não sei se todos os pares conseguiram nos acompanhar pelas agendas, mas nós não tivemos o comparecimento da



Secretária de Educação e nem de uma técnica representando. Fica aqui o meu pedido para que participem mais com a gente, porque essa Casa é um espaço de debate popular, é um espaço onde a gente precisa construir políticas públicas sérias e fazer a diferença na vida do cidadão nova-limense. Agradeço sua parceria, viu, Juliana? E a gente vai trabalhar sempre aí, em prol da população que confia no nosso trabalho”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “é porque Viviane falou uma coisa que é extremamente interessante e importante que é de a gente criar mecanismos de fiscalizar o trabalho do Executivo. Como eu disse na plenária semana passada, eu tenho o hábito de acompanhar as reuniões da Câmara de Belo Horizonte e lá, a vereadora Marli, professora Marli, juntamente com a vereadora Marcela Trópia, estão criando um projeto que se chama “Câmara Fiscaliza”. De quatro em quatro meses, o Executivo tem que prestar contas ao Legislativo, ou seja, os secretários têm que prestar contas de quatro em quatro meses para a Câmara da capital mineira e é uma coisa que já funciona em âmbito estadual, na Assembleia Legislativa do estado, que é a “Assembleia Fiscaliza”, onde ali, o governo do estado tem que prestar contas. Então, eu acho que seria muito interessante se essa Casa se inspirasse nesses bons exemplos. Na Assembleia dá super certo e eu acho que a gente poderia se inspirar e trazer isso para cá, porque assim, a gente consegue acompanhar de perto como o dinheiro está sendo gasto, a quantas anda a implementação das políticas públicas de cada pasta e eu acho que isso vai fortalecer o nosso trabalho, a nossa ação enquanto fiscalizadores. E o que Viviane



falou sobre o que aconteceu na reunião, só me faz pensar o seguinte, imagina só, gente, o cidadão nova-limense que chega até ao nosso gabinete, que vem compartilhar uma demanda, seja de uma rua que está sem asfalto, seja de uma região que não tem saneamento básico ou seja de alguém que sequer tem moradia digna e a gente vira para o cidadão e fala assim: “olha, meu senhor, eu não vou te dar resposta, não, porque meu mandato tem ainda três anos e meio e esse é o tempo que eu tenho aí para te responder” e aí, quando a gente se atenta a essas questões de prazo, imaginem, em plena Pandemia, pensar que a gente tem quinze dias para responder algo, em uma Pandemia, gente, em uma crise sanitária. Onde a gente está vendo o impacto social que isso está gerando em nossa sociedade. A gente precisa ser rápido, a população exige da gente celeridade. Eu trabalho vinte e quatro horas por dia como vereadora, eu não tenho final de semana, não, porque eu valorizo muito o trabalho dos servidores públicos e aqueles que me deram voto para estar aqui, eu sou representante do povo nova-limense. É o povo nova-limense que paga o meu salário. Então, assim... Eu preciso prestar o serviço com excelência, com celeridade, com transparência, com respeito ao dinheiro público. É isso que o cidadão nova-limense espera de mim e de todos nós. É para isso que o cidadão nova-limense renovou essa Casa, então, a gente precisa, sim, se manter firme, exigir as respostas desses cento e dezessete requerimentos que até hoje ficaram no vácuo para a gente continuar trabalhando com excelência para o cidadão nova-limense. Muito obrigada”. Senhor Presidente: “em relação aos requerimentos, só a título de orientação de todos, os prazos do artigo oitenta e sete da Lei Orgânica e o artigo vinte e dois do



Regimento Interno, as respostas aos requerimentos são o prazo de quinze dias, prorrogáveis para mais quinze dias. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado, seis votos. Pois não, Secretária”. 4) A autoria vereador Anísio Clemente Filho: requer que seja solicitado a colocação do poste de iluminação na esquina da Rua Nilo Peçanha, próximo ao número vinte e três, esquina com a Domingos Rodrigues. Requerimento aprovado por seis votos. 5) A autoria vereador José Carlos de Oliveira: requer ao Poder Executivo que interceda junto à empresa Via 040 para que sejam construídos dois viadutos de acesso aos bairros Jardim Canadá e Água Limpa. Requerimento aprovado por seis votos. 6) A autoria vereadora Viviane Gomes de Matos: requer que seja solicitado ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a continuidade da obra na Rua Vitória, bairro Alvorada. Requerimento aprovado por seis votos. 7) A autoria vereador Cláudio José de Deus: requer que seja solicitado ao prefeito municipal, Excelentíssimo Senhor João Marcelo Dieguez Pereira, revitalização do zigue-zague e reforma de guarda-corpo na Rua Nossa Senhora do Pilar, número 438, bairro Cruzeiro, Nova Lima. Requerimento aprovado por seis votos.

Senhor Presidente: “só um minuto, Secretária, eu não estou aguentando ver a Juliana e esse gatinho maravilhoso aí. Quantos meses, Ju? Está com o... Tampado...”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “dois meses, Presidente. Resgatei ali no estacionamento da Câmara”. Senhor Presidente: “ah, no estacionamento. Eu vi uns gatos lá mesmo”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “aí quando ele ficar grande, ele vai se chamar Helenão, Ele não”. Senhor Presidente: “vai chamar o que?”. Vereadora Viviane Gomes



de Matos: “como?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “ele se chama Heleno, aí quando ele ficar um gato bem grande, a gente vai falar *hashtag* “Elenão”, entendeu?”. Senhor Presidente: “está bom”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “entendi”. Senhor Presidente: “pois não, vereadora Viviane, por favor, continue”. 8) Aatoria vereador Anísio Clemente Filho: requer que seja solicitado ao Executivo a reforma do calçamento da Rua Roberto Alvisi, próximo ao número 391, bairro Bom Jardim. Requerimento aprovado por seis votos. 9) Aatoria vereador José Carlos de Oliveira: requer que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito Municipal, reforçando a solicitação já realizada anteriormente, da extensão do horário de atendimento do complexo de saúde Carmelita Penido de Barros, localizada no bairro Jardim Canadá, para vinte e quatro horas por dia – nos dias atuais os serviços são prestados apenas de sete às dezoito. Requerimento aprovado por seis votos. Senhora Secretária: “Senhor Presidente, temos dois requerimentos do vereador Danúbio, peço autorização para retirá-los, pela ausência do mesmo”. Senhor Presidente: “autorização concedida”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Zelino”. Vereador Joselino Santana Dias: “tem mais algum requerimento, Secretária?”. Senhor Presidente: “não”. Senhora Secretária: “não”. Vereador Joselino Santana Dias: “não? Eu tenho dois requerimentos verbais a fazer”. Senhor Presidente: “pois não, está autorizado”. Vereador Joselino Santana Dias: “primeiramente, o primeiro requerimento é ao Poder Executivo, para que, através da secretaria competente, providencie a sinalização da demarcação de vagas de estacionamento à Avenida



Presidente Kennedy, no bairro Cabeceiras”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado, seis votos. Pois não, vereador Zelino”. Vereador Joselino Santana Dias: “e o segundo requerimento, Presidente, também ao Poder Executivo, para que autorize à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda a auxiliar às entidades do Terceiro Setor no que tange à abertura e encerramento de entidades e as declarações as quais são obrigadas a fazer”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado, seis votos. Algum orador inscrito, Senhora Secretária?”. Senhora Secretária: “hoje não, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “agradecemos a presença de todos e sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.\_\_\_\_\_